

MANIFESTAÇÃO DO PRESIDENTE DO TCU NA SESSÃO DE
APRECIÇÃO DAS CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA 2012

O Tribunal de Contas da União exerce, nesta sessão, pela septuagésima oitava vez, uma de suas mais importantes atribuições, estabelecidas pela Constituição Federal, de apreciar as contas prestadas pela Presidenta da República, Excelentíssima Senhora Dilma Vana Rousseff, relativas ao exercício de 2012, mediante a elaboração de parecer prévio.

Ao encerrar esta sessão, parablenizo o Relator, eminente Ministro José Jorge, pelo resultado produzido e, em especial, por ter dedicado, na presente avaliação, um capítulo especial à avaliação das políticas inclusivas, capazes de promover a inserção produtiva de grupos sociais e regiões brasileiras, atendendo à proposta central do PPA 2012-2015.

Felicito também as unidades que se dedicaram a este exaustivo trabalho, na figura da Secretaria de Macroavaliação Governamental, a Semag, saudando seu titular Marcelo Gomes Barros, em nome do qual reitero minhas homenagens a todo o corpo técnico desta Casa. É da dedicação e esforços de todos que nascem importantes diagnósticos sobre a realidade brasileira, alguns dos quais refletidos nas conclusões do relatório aprovado no dia de hoje.

Ao destacar a qualidade das análises e conclusões aqui apresentadas, louvo a prioridade que o Tribunal vem dando à avaliação dos grandes desafios impostos ao desenvolvimento nacional, não só nas contas de governo, como também em vários trabalhos que passam por esse Plenário. Vale destacar que nas contas passadas a questão enfrentada foi a sustentabilidade do crescimento. Lembro-me que em 2008, ao relatar as contas de governo, aponteí ações necessárias para vencermos o desafio da Educação. Outros desafios como a manutenção da estabilidade econômica, Ciência e Tecnologia, Infraestrutura de Transportes e Racionalização dos Gastos Públicos são temas constantes de nossos julgamentos.

A propósito, os dados analisados hoje pelos senhores Ministros confirmam que o governo é um ator importante para o desenvolvimento nacional, não só pela contundência dos R\$ 900 bilhões em gastos comprometidos com a entrega de bens e serviços à sociedade, nas áreas de previdência, energia, saúde e educação, entre outras. Se considerarmos o serviço da dívida e as transferências, os gastos do governo federal chegam a R\$ 1,9 trilhão, quase 50% do PIB. Há que se considerar ainda que o Estado Brasileiro desempenha um relevante papel como regulador de bilionários setores de nossa economia, vitais ao desenvolvimento nacional.

Esses dados, aliados às conclusões finais deste processo, e de tantos trabalhos a que me referi a pouco, indicam que agora é a vez de o Controle Externo contribuir com os governantes, em sua árdua batalha para vencer **outro grande desafio**: melhorar a governança pública. Segundo nossa visão, explicitada em seminários de que temos participado, trata-se de um vetor que permeia todas as questões vitais que vêm sendo

analisadas seguidamente neste Tribunal. **Reconhecemos que o Governo Federal, liderado pela nossa Presidenta, tem buscado caminhos concretos para a evolução da máquina governamental.** Entretanto, a complexidade dessa grande empresa chamada Brasil exige da sociedade brasileira um verdadeiro pacto pela sua governança.

O TCU quer ser um dos parceiros nesse intento, honrando sua missão estratégica de “Controlar a Administração Pública para contribuir com seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade”. Estamos preparados para esse desafio! As secretarias do Tribunal foram reestruturadas, com foco em sua coordenação e especialização, de forma que possam conhecer cada vez mais não só o objeto de cada fiscalização, mas, sobretudo as estruturas de governança dos órgãos responsáveis pela execução dos programas governamentais. Temos ainda grande expectativa de que o Brasil encabece um grande movimento pela busca das boas práticas mundiais de governança. Um projeto nesse sentido está sendo articulado com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o governo brasileiro e com importantes países como a Bélgica, França, Estados Unidos, Inglaterra, Coreia do Sul, África do Sul e Chile.

Para finalizar, ao tempo que renovo minhas homenagens ao eminente Relator pelo excelente trabalho técnico desenvolvido, estendo meus cumprimentos aos Senhores Ministros e ao Senhor Procurador-Geral do Ministério Público junto a este Tribunal pela percuciência das considerações feitas.

E, agradecendo a presença de todos, encerro esta Sessão com a certeza de que os resultados do presente trabalho estão afinados com a nossa missão e contribuem para que esta Corte de Contas seja reconhecida como instituição de excelência no controle e no aperfeiçoamento da Administração Pública.

TCU, em 29 de maio de 2013.

JOÃO RIBEIRO AUGUSTO NARDES

Presidente